

Avaliação de Conjuntura AGNU de 15 a 18 de abril

Novamente, o conjunto dos servidores está diante de um cenário de decisões. Após anos, em que acumulamos prejuízos e enfrentamos uma série de ações e a consequência com a retirada de direitos, vivenciamos hoje um momento distinto.

Temos a oportunidade de avançar na reestruturação do nosso vencimento básico e na consolidação de um período mais próspero a todos. Nesta nova quadra que vivenciamos, somos, mais uma vez, chamados a avaliar e a tomar decisões muito importantes.

Na última semana, após intensas negociações e fruto do acirramento das mobilizações dos servidores, o governo, por meio de seus representantes na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), antecipou em um mês a realização da reunião que estava prevista para maio e que foi realizada em abril.

Ao final desta reunião, governo apresentou o Termo de Compromisso nº 1 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), que traz como proposta dois pontos especificamente. **Veja o Termo de Compromisso nº 1**

Primeiro Ponto

Em nossa avaliação, o aspecto fundamental e mais importante deste Termo de Compromisso está expresso na Cláusula segunda que estabelece que as negociações relativas à reestruturação de carreiras e reajustes de remuneração ocorrerão no âmbito das Mesas Específicas, devendo ser instaladas até o mês de julho de 2024.

Neste ponto, é importante reforçar que desde setembro do ano passado, o Sindireceita tem solicitado e cobrado pela abertura da Mesa Específica, que conforme a metodologia do próprio MGI é o ambiente para se debater, exclusivamente, as chamadas pautas remuneratórias. Portanto, consideremos, de forma inicial, está abertura prevista no termo de compromisso, como um importante passo para negociação de reestruturação salarial.

Será nesta Mesa Específica que o Sindireceita terá a oportunidade de trabalhar de forma exclusiva os itens que integram a pauta reivindicatória aprovada pela categoria para 2024, que reúne os pontos da Política Salarial pleiteados por nossa categoria que tratam dos seguintes temas:

- Reestruturação Remuneratória do Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil;
- Paridade do Bônus de Eficiência entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Isonomia do Bônus de Eficiência com pagamento na mesma proporção para Analistas-Tributários e Auditores-Fiscais;
- Alteração do § 2º do art. 8º do Decreto nº 11.545/2023, que limita o percentual do Fundaf a ser destinado ao pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira;

- Estabelecimento de Adicional de Qualificação e Titulação para a Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil;
- Instituição de auxílio ao teletrabalho/trabalho remoto, em execução integral ou parcial, para cobertura dos custos assumidos pelos servidores com conexão de internet, mobiliário, telefonia, energia elétrica, insumos de escritório e outros, ou revogação do inciso IV do art. 9º do Decreto 11.072/2022;
- Atualização da Indenização de Fronteira;
- Utilização do FUNDAF para custeio de despesas relacionadas à saúde dos servidores da Carreira Tributária e Aduaneira da RFB.

Neste ponto, também é importante ressaltar que na cláusula terceira do Termo, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos se compromete a encaminhar à Casa Civil da Presidência da República minutas de projeto de lei que contemplem o resultado das mesas de negociação à medida em que os acordos forem sendo celebrados.

Nosso esforço, portanto, está focado em avançar, da forma mais célere possível, na consolidação de uma projeto de reestruturação da remuneração de ativos, aposentados e pensionistas. Se, por um lado, esta metodologia enfraquece a possibilidade de luta conjunta e de conquista de um reajuste linear para os servidores, por outro, reforça nossa capacidade de negociação de pontos específicos, como por exemplo, corrigir o vencimento básico da categoria e avançar na luta pela paridade do Bônus de Eficiência e na revisão de seus valores.

Cabe também ressaltar que, por se tratarem de temas específicos e relacionados com a eficiência da Receita Federal, temos a oportunidade também de evoluir de forma mais efetiva em diversos pontos de nossa pauta reivindicatória específica.

Segundo ponto

Dentro de uma perspectiva de importância e inserido em um contexto conhecido pela categoria, acreditamos ser prudente, neste momento, assinar o Termo de Compromisso nº 1 do MGI, que em sua cláusula primeira estabelece o reajuste nos benefícios assistenciais percebidos pelos servidores do Poder Executivo federal, com vigência a partir de 1º de maio de 2024, na seguinte forma e valores:

- reajuste do Auxílio Alimentação, passando de R\$ 658,00 para R\$ 1.000,00;
- reajuste de 51% no montante destinado ao valor do per capita da Saúde Suplementar, considerando a faixa de idade e de renda do servidor; e
- reajuste no valor da Assistência Pré-escolar, de R\$ 321,00 para R\$ 484,90.

Vale ressaltar que a proposta acima é retroativa à Maio. Por óbvio, que os valores propostos não contemplam as demandas do conjunto dos servidores do Poder Executivo, que neste ponto, lutam inclusive pela isonomia com outros poderes, mas, por ora, e considerando como fundamental neste Termo de Compromisso a abertura das negociações da pauta remuneratória, é prudente que, neste momento, os Analistas-Tributários aceitem de forma consciente os termos e ratifiquem em Assembleia a proposta, e autorizem a Diretoria Executiva Nacional a assinar o termo e encaminhar ao

MGI o acordo assinado até o dia 19 de abril, próxima sexta-feira.

O referido termo de compromisso foi debatido a exaustão pelos conselheiros que participaram da LXXXVII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE), realizada em Brasília/DF, entre os dias 12 e 16 deste mês. E, como resultado destas discussões, a Diretoria Executiva Nacional e a Mesa do CNRE encaminham à categoria a convocação de mais uma Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU), a ser realizada entre os dias 15 e 18 desta semana (segunda à quinta-feira).

O prazo é extremamente exíguo, mas dada a estrutura do nosso Sindicato, inclusive em virtude do sistema eletrônico de votação, a categoria dispõe dos meios necessários para avaliar o cenário e decidir de forma soberana nas Assembleias que serão convocadas pelas Delegacias Sindicais. Também como forma de contribuir com a avaliação e a decisão da categoria, os conselheiros presentes no CNRE aprovaram os indicativos com orientação de voto por parte do CNRE e da DEN, visando tornar ainda mais efetiva a decisão da categoria que será apresentada formalmente ao governo.

Neste sentido o CNRE e a DEN orientam pela aprovação dos indicativos que serão analisados nesta AGNU. De forma concreta ao aprovar os indicativos a categoria autoriza a Diretoria a assinar o Termo de Compromisso nº 1 do MGI e, por consequência, concorda com a abertura de Mesa Setorial para tratar da pauta remuneratória, a ser instaladas até o mês de julho de 2024; aprova o reajuste nos benefícios assistenciais, com vigência a partir de 1º de maio, bem como também aprova o Regime permanente de Assembleia Geral Nacional Unificada e referenda a flexibilização do prazo estatutário para convocação de AGNU.

Mais uma vez, a DEN e o CNRE conclamam todos os filiados a participar das Assembleias que serão convocadas pelos delegados sindicais em todo o país. Entramos, novamente, em mais uma momento decisivo para nossa categoria. Temos a oportunidade de avançar e de construir uma proposta de reestruturação de nossa remuneração básica, de estabelecer novos parâmetros no pagamento do Bônus para ativos e aposentados e também de rediscutir os valores de adicionais e indenizações.

Assim como em outros momentos, vamos enfrentar um duro processo de negociação, mas, como no passado e em outras oportunidades, nosso Sindicato está preparado para o debate e o diálogo de alto nível e, temos a nosso favor, toda a nossa estrutura sindical e a unidade de nossa base que sempre soube dar resposta e atuar de forma coesa no enfrentamento de todas as adversidades que historicamente superamos.

Analistas-Tributários participem das Assembleias, avalie e vote de forma soberana. Vamos, unidos, construir mais um capítulo em nossa história de lutas e vitórias.

**Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita e Conselho Nacional de Representantes Estaduais
(CNRE)**